

EM DIA - O que está por trás do congelamento salarial das Universidades Públicas Paulistas

MARCELO AUGUSTO TOTTI

Presidente da Adunesp/
subseção sindical de Marília

Dois fatos novos, nessa última semana, evidenciaram o caráter político e desastroso da medida dos reitores de congelar salário de professores e funcionários das Universidades Públicas Paulistas. O primeiro foi os docentes do Instituto de Economia da Unicamp decretarem greve, o motivo fundamental para a adesão é o convencimento da possibilidade de reajuste, especialistas no assunto, argumentam que o ICMS vem crescendo em termos reais, ainda que requeira observações a curto e médio prazo. De acordo com os docentes, a situação não é catastrófica e apontam possibilidades de ajust-

te na gestão sem remeter a conta ao arrocho destinado aos trabalhadores das três Universidades.

O segundo ponto foi a divulgação pela secretaria da fazenda da arrecadação do ICMS no mês de maio. Segundo os dados apresentados; houve queda na arrecadação no mês de maio de 2,9% comparado com o mesmo mês do ano passado. Os defensores dos Reitores de plantão, rapidamente salientariam que as evidências denotam queda na arrecadação e consequente inviabilidade de qualquer reajuste. Pois bem, esse dado deve ser analisado com maior critério e cuidado, ao observar a variação da arrecadação do ICMS nos últimos 12 meses temos um cresci-

mento de 1,2% e considerando o ano de 2014 temos um crescimento de 6,6%, descontado a inflação de 2,98% em 2014 (deflator IPC utilizado pelos reitores nas negociações), ou seja, um crescimento real de 3,62% no ano.

Além desses elementos, há que se salientar que depois de janeiro a arrecadação dessazonalizada (retirada as influências pontuais do período) teve aumento de 3,8%, representando no ano crescimento de 1,9%, o que denota recuperação de setores da economia. Acrescenta-se dado histórico, considerando o período de 2007 a 2013, maio representa mês de crescimento do ICMS, apenas com pequena variação negativa nos meses de junho,

dos anos de 2007 e 2011, crescendo 83% nesse período.

Diante desses fatores não há razões técnicas plausíveis para uma atitude tão radical dos Reitores, de intransigência nas negociações e falta de transparência na apresentação nos números. A questão que se coloca é política, os Reitores tentam a todo implementar um novo modelo de gestão, que passa invariavelmente pelo rebaixamento salarial, diminuição do número de docentes em tempo integral, desmantelamento do ensino de graduação e crescente aumento do financiamento externo para a pesquisa, deixando a cargo do docente/pesquisador financiar suas pesquisas.

Não é mera coincidência, nos anos 1990, foi criada toda uma retórica entre a população de que os serviços públicos eram ruins e a iniciativa privada era melhor, privatizada grande parte dos serviços públicos não percebemos melhoras significativas, percebemos sim, aumento substancial dos custos desses serviços.

Coincidências a parte, não há uma linha de crítica dos reitores sobre a qualidade do ensino e da pesquisa realizada nas Universidades Públicas Paulistas, que representam parcela significativa da pesquisa e da ciência produzida no país. A crítica centra-se sobre os fundamentos que garantem a qualquer categoria um mínimo de dignidade

e qualidade em seu trabalho: condições de trabalho e salário digno.

Como nos anos 1990, uma falácia está sendo arquitetada: docentes e funcionários são responsáveis por uma suposta "crise" das Universidades Públicas Paulistas. Uma total incongruência, no momento em que a pauta da sociedade brasileira é acesso ao ensino superior, educação de qualidade como suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico, 10% do PIB para a educação, tais premissas passam invariavelmente por salários dignos aos professores e funcionários atrelado a melhores condições de trabalho. Não há educação pública de qualidade sem a valorização dos seus profissionais!